

A armadilha da pobreza rural

Por que as regras comerciais agrícolas precisam ser alteradas e o que a UNCTAD XI poderia fazer a respeito

Em muitos países em desenvolvimento a pobreza está estagnada, quando não aumentando, afetando grande parte de seus pequenos produtores rurais, que compreendem dois terços dos pobres do mundo. Isso se deve em grande parte aos sistemas de comércio agrícola, onde se incluem as regras da OMC, às políticas de comércio injustas dos países ricos e à queda dos preços das commodities no mercado internacional. A Oxfam Internacional recomenda mudanças nas políticas para superar essas dificuldades. Por ocasião da UNCTAD XI, na cidade de São Paulo, reivindicamos um maior apoio político para um amplo mandato da UNCTAD, de modo a examinar e encontrar soluções para os problemas do desenvolvimento econômico.

Sumário

Em junho de 2004, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) reúne-se para a reunião de seu 40º aniversário em São Paulo, Brasil, frente a um cenário sombrio para o comércio internacional. Há menos de um ano as negociações globais sobre o comércio se deterioraram em Cancun, México, enquanto que nos últimos anos os preços internacionais de diversas commodities agrícolas entraram em colapso. Este quadro representa uma grave ameaça às pessoas que vivem em áreas rurais e dependem das commodities para sua sobrevivência.

Conforme o comércio tem sido liberalizado e o mundo caminha em direção a uma economia global, os resultados vêm se tornando claros: os países mais ricos continuam a prosperar, enquanto a maioria dos países mais pobres está em piores condições do que estava há 20 anos atrás, quando as políticas de globalização tiveram início. Nas áreas rurais do mundo em desenvolvimento, quase 900 milhões de pessoas vivem com menos de US\$1 por dia.

A situação dos pequenos produtores e seus dependentes está intrinsecamente vinculada com as regras, políticas e práticas comerciais agrícolas. Desde o final da década de 80, para conseguir empréstimo das instituições financeiras internacionais, a maioria dos países em desenvolvimento tem sido obrigada a abrir seus mercados para importações e a concentrar seus esforços de desenvolvimento em produtos que possam ser vendidos no exterior. Mas longe de melhorar a sua posição nas exportações, essa política tem inundado de produtos os mercados internacionais causando queda dos preços. Sob os acordos comerciais atuais, os pequenos produtores enfrentam a baixa dos preços de suas colheitas; a diminuição da parte que recebem do preço final dos produtos que vendem; a competição dos produtos dos países ricos inundando seus mercados com preços subsidiados e; a falta de acesso significativo de seus próprios produtos aos mercados desses países. Esses problemas freqüentemente se combinam com políticas nacionais inadequadas e queda no financiamento para o desenvolvimento rural.

São necessárias mudanças radicais para ajudar os pequenos produtores a sair da armadilha internacional da pobreza e a UNCTAD possui um papel importante na proposição de alternativas de políticas para alcançar essa meta. É essencial que uma UNCTAD revigorada surja após a conferência da UNCTAD XI em São Paulo e que qualquer tentativa de redução de sua abrangência seja firmemente rejeitada. Pesquisas e formulação de políticas independentes, questionando o modelo econômico dominante e propondo alternativas, estão se tornando ainda mais importantes. Todos os países deveriam concentrar sua vontade política para garantir que a UNCTAD continue a desempenhar um papel central nessa questão.

As recomendações da Oxfam Internacional baseiam-se em seis objetivos para políticas comerciais agrícolas:

- Promover a segurança alimentar e de renda nos países em desenvolvimento.

- Banir dos mercados de exportação toda forma de dumping de produtos agrícolas, com preços abaixo do custo de produção.
- Aumentar o acesso de países em desenvolvimento a mercados agrícolas de países industrializados.
- Promover setores rurais social e ambientalmente sustentáveis, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, através de metas de regulação e subsídios que apoiem a equidade social e a proteção ambiental.
- Introduzir mecanismos confiáveis para alcançar preços estáveis e justos nos mercados de commodities.
- Garantir práticas sócio-ambientais sustentáveis no setor privado.

Para alcançar esses objetivos, é necessário agir em várias frentes, incluindo:

As negociações da "Rodada de Doha" da Organização Mundial do Comércio (OMC) devem levar em conta as necessidades dos países em desenvolvimento e o Acordo sobre Agricultura deve ser mudado de modo a: eliminar o dumping; resguardar os direitos dos países em desenvolvimento de proteger seus setores agrícolas domésticos, com base na segurança alimentar e outros objetivos de desenvolvimento; e melhorar o acesso dos países em desenvolvimento aos mercados de exportação.

É necessário haver uma iniciativa internacional para combater a crise das commodities. Tal iniciativa deveria desenvolver formas efetivas de intervenção no mercado, como a gestão do abastecimento de longo prazo, e organizar a produção agrícola a fim de que os pequenos produtores possam se beneficiar mais efetivamente dos mercados. As regras comerciais não devem inibir as intervenções que garantam preços justos para esses produtores.

As políticas agrícolas dos países em desenvolvimento devem melhorar. Os governos dos países em desenvolvimento devem criar e implementar estratégias de desenvolvimento rural em benefício dos que estão em situação de pobreza que coloquem os pequenos produtores em uma melhor posição no mercado e que enfrentem os problemas de desnutrição e baixa renda rural. O Banco Mundial e o FMI devem parar de insistir que os receptores de empréstimos liberalizem seus setores agrícolas.

As companhias multinacionais de alimentos e agronegócios devem cumprir suas responsabilidades sociais e ambientais. Devem pagar preços que remunerem e mantenham os pequenos produtores fora da pobreza e dedicar-se a oferecer condições de trabalho que cumpram os padrões internacionais e legislações nacionais. Nesse sentido, o desenvolvimento de um mecanismo anti-monopólio global ajudaria a lidar com os problemas relacionados à grande concentração de poder corporativo na economia global.

A UNCTAD possui um papel-chave para desempenhar em todas as áreas acima e especificamente na promoção de um sistema comercial internacional que tenha o desenvolvimento em seu centro. A UNCTAD foi

criada precisamente para cumprir essa tarefa e é crucial que mantenha esse mandato abrangente. Qualquer esforço para reduzir a abrangência da UNCTAD deve ser rejeitado em São Paulo. Pelo contrário, dada a urgência e extensão das mudanças necessárias no comércio agrícola internacional, fica claro que a tarefa da UNCTAD deve ser fortalecida.

A Oxfam reivindica que o papel da UNCTAD seja fortalecido e que seja dada prioridade às seguintes áreas de trabalho:

- A UNCTAD deve agir como um fórum em que os governos de países em desenvolvimento possam compartilhar idéias sobre estratégias de desenvolvimento econômico que beneficiem os que estão em situação de pobreza e promover consenso e políticas pró-desenvolvimento em outras instituições internacionais (em particular a OMC e as Instituições Financeiras Internacionais);
- A UNCTAD deve realizar pesquisas independentes sobre questões econômicas a partir de uma perspectiva de desenvolvimento para ajudar os países a alcançar crescimento equitativo e sustentável. Nesse contexto, poderia examinar o balanço apropriado entre liberalização e regulação e as medidas necessárias para garantir que economias mais abertas gerem resultados positivos àqueles que estejam vivendo na pobreza;
- A UNCTAD deve oferecer assistência técnica e serviços de capacitação na área de política econômica para países em desenvolvimento, particularmente para os de menor desenvolvimento relativo. Isso deve incluir uma maior capacidade de negociação destes países nos fóruns multilaterais;
- A UNCTAD deve expandir seu programa de trabalho sobre Corporações Transnacionais (TNCs), dado seu enorme peso no mercado mundial. A UNCTAD possui um papel único para desempenhar no monitoramento do impacto das TNCs, esboçando propostas regulatórias a partir de uma perspectiva de desenvolvimento e ajudando países em desenvolvimento em suas negociações com as companhias;
- A UNCTAD deve coordenar a busca por mecanismos apropriados para corrigir as falhas de mercado que estejam por trás da crise mundial de commodities. A UNCTAD XI deve abordar a questão do preço e concentrar o trabalho no desenvolvimento e experiências de mecanismos multilaterais para regular o mercado mundial de commodities e estabelecer preços mais justos.

1 Introdução

"O algodão aqui é tudo. Ele construiu nossas escolas e nossas clínicas de saúde. Todos nós dependemos do algodão. Mas se os preços permanecerem tão baixos, não temos esperança para o futuro." – Produtor de algodão, vilarejo de Logokourani, Burkina Faso

As queixas de um produtor rural africano podem parecer muito distantes do mundo da diplomacia das Nações Unidas e conferências internacionais, mas no caso da UNCTAD estão intimamente ligadas. Em junho de 2004, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento realiza-se em um cenário sombrio para a reunião de seu 40º aniversário em São Paulo, Brasil. Faz menos de um ano que as negociações globais sobre comércio se deterioraram pela segunda vez em Cancún, México, após o fracasso em Seattle quatro anos antes, enquanto que nos últimos anos os preços de diversas commodities como o algodão entraram em colapso, impondo uma grave ameaça às pessoas da área rural que dependem delas para a sua sobrevivência.

Vilarejos como os de Logokourani estão presos em uma armadilha que força seus países a exportar produtos agrícolas com preços ainda mais baixos para pagar a importação de alimentos extremamente necessários. Cerca de dois-terços das pessoas mais pobres do mundo vivem em áreas rurais e em muitos lugares seus padrões de vida caíram muito, por razões que estão diretamente relacionadas ao comércio mundial.

A economia rural é uma preocupação de quase metade da população mundial. A maioria das pessoas em situação de pobreza no mundo depende da agricultura para grande parte essencial de seus meios de subsistência. Nas áreas rurais dos países em desenvolvimento, quase 900 milhões de pessoas vivem com menos de US\$1 por dia.¹ Pequenos produtores e seus dependentes enfrentam preços declinantes dos produtos agrícolas, queda na participação do preço no varejo de produtos agrícolas que vendem, competição de produtos de países ricos inundando seu mercado com preços subsidiados e a falta de acesso significativo de seus produtos agrícolas ao mercado desses países. Esses problemas freqüentemente são combinados com políticas nacionais inadequadas e financiamento declinante para o desenvolvimento rural. Contudo, apesar de todas essas tendências adversas, a ajuda internacional ao desenvolvimento para a agricultura caiu pela metade nos últimos 20

anos, enquanto essas questões são freqüentemente ignoradas nos encontros de cúpula mundiais e evitadas nas negociações comerciais.

Uma organização, porém, sempre teve essas questões no centro de seu mandato. Essa organização é a UNCTAD. Esse documento examinará a crise que os pequenos produtores do mundo enfrentam hoje em dia, considerando o papel da UNCTAD para sua solução.

2 A armadilha internacional da pobreza

Nos últimos anos a atenção mundial tem se voltado para as injustiças do comércio internacional e a necessidade de tornar suas regras menos prejudiciais para as pessoas em situação de pobreza, que vivem em área rural. Existem diversas características do sistema comercial que ajudam a manter as pessoas na pobreza. Cerca de 96 por cento dos produtores rurais do mundo – aproximadamente 1.3 bilhão de pessoas – vivem em países em desenvolvimento mas em todos os aspectos do comércio agrícola eles enfrentam desvantagens em comparação com aqueles dos países industrializados.

A crise das commodities

"A política internacional sobre commodities entrou em um beco sem saída... justamente quando a característica dominante dos mercados de commodities mundiais foi alterada... de uma volatilidade excessiva nos preços de curto prazo para uma forte tendência de queda nos preços reais das commodities. Durante esse período, os países exportadores de commodities precisam de um maior apoio da comunidade internacional, e não menor." – Alfred Maizels, em uma apresentação à UNCTAD X².

De acordo com a UNCTAD, entre 1977 e 2001, os preços reais em dólar de 41 das 46 commodities principais caíram, a uma taxa média de 2.8 por cento ao ano.³ Em 2001, o café no mercado internacional valia apenas 16 por cento do que valia em 1980, levando em conta a inflação. O algodão, por sua vez – do qual os moradores do vilarejo de Logokourani dependem – valia não mais do que 21 por cento do preço em 1980.⁴

Essa crise das commodities tem levado diversos países dependentes das commodities à armadilha da pobreza. Seis dos dez países mais pobres do mundo são menos prósperos do que eram há 20 anos atrás (veja o Quadro 1). As economias desses países dependem fortemente da exportação de commodities primárias (alimentos e matéria-prima) para pagar suas importações. A agricultura tem tido de carregar um fardo cada vez maior em diversos países tradicionalmente dependentes da mineração. Por exemplo, as commodities representam 93 por cento das exportações de Malauí, dos quais apenas três produtos somam 70 por cento, e representam 99 por cento das exportações do Iêmen. Na metade desses países, o produto mais exportado é o café.

Quadro 1: Renda e comércio nos 10 países mais pobres do mundo

País	PIB per capita (Paridade do poder aquisitivo em dólares), 2001	Quando o PIB per capita em PPC foi mais alto	Commodities em % das exportações (último ano)	Principal produto de exportação	% de pessoas mal-nutridas, 1998-2000
Serra Leoa	470	1982	58	Café	47
Tanzânia	520	2001	84	Café	47
Malauí	570	1999	93	Tabaco	33
R D Congo	680	1975	–	Cobre	73
Burundi	690	1999	96	Café	69
Zâmbia	780	1976	87	Cobre	50
Iêmen	790	2001	99	Petróleo	33
Etiópia	810	1983	89	Café	44
Mali	810	1979	84	Algodão	20
Madagascar	830	1975	48	Café	40

Fontes: PNUD, Comissão Européia, Oxfam América

Os dez países mais pobres, exceto o Iêmen, são também classificados como países deficitários de alimentos,⁵ o que significa que eles importam alimentos que possuem maior valor nutricional do que aqueles que exportam. Apesar dessas importações – ou, como alguns diriam, por causa dessa situação – eles sofrem de altos níveis de má nutrição. Na República Democrática do Congo, quase três quartos das pessoas são mal nutridas; no Burundi, são mais de dois terços; e mesmo em Mali, o país mais bem alimentado entre os dez, uma em cada cinco pessoas possui muito pouco para comer.⁶ A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura estima que 777 milhões de pessoas no mundo sofrem de desnutrição.

Infelizmente, a crise das commodities tem se aprofundado devido às políticas dos doadores e às regras comerciais injustas, que têm impedido os países de diversificarem sua produção para outros setores. Desde a década de 80, a maioria dos países em desenvolvimento tem sido obrigada pelo Banco Mundial a abrir seus mercados para as importações e a concentrar seus esforços de desenvolvimento em produtos que possam vender no exterior. Mas longe de melhorar suas exportações, isso tem inundado vários mercados internacionais com estoques e tem levado ao colapso dos

preços. Quanto mais aberto e livre está o mercado para um produto, mais isso se repete – o que é ainda mais grave para a produção agrícola tropical da qual muitos dos países mais pobres são dependentes.

Regras comerciais injustas

As regras da OMC que governam o comércio agrícola não têm permitido que os países em desenvolvimento obtenham uma maior participação no mercado mundial. Pelo contrário, embora sua participação nas exportações agrícolas tenha caído desde 1961, a maioria dos países tem presenciado um boom nas importações de alimentos.⁷ Três problemas prejudicam os setores agrícolas dos países em desenvolvimento: o dumping, a liberalização das importações e a falta de acesso ao mercado dos países desenvolvidos.

Os subsídios rurais nos países industrializados, ao levarem a uma maior produção e ao dumping nas exportações, forçam os preços para baixo em todo o mundo. A maioria dos produtores rurais de países em desenvolvimento não pode competir com importações subsidiadas de produtores estrangeiros altamente capitalizados. O dumping possui efeitos adversos indiretos na capacidade dos países em desenvolvimento de diversificar para além de mercados superabastecidos, tais como os dos produtos agrícolas tropicais.

No México, por exemplo, as tarifas sobre o milho importado dos Estados Unidos foram reduzidas bruscamente em meados da década de 90 e as importações aumentaram em três ou quatro vezes seus níveis anteriores. Mas os produtores dos EUA beneficiaram-se com a quantia de \$10 bilhões por ano em subsídios sobre o milho. O resultado tem sido uma queda de mais de 70 por cento em termos reais nos preços do milho mexicano e uma drástica deterioração nas condições de vida dos pequenos produtores do país.⁸

Os produtos agrícolas subsidiados não têm nem mesmo de entrar no mercado de um país em desenvolvimento para ter esse efeito negativo sobre os seus produtores rurais. A política do açúcar da União Européia cria um excedente estrutural no açúcar de beterraba, cuja produção tem um custo mais alto. Para despejar seus excedentes no mercado externo, a UE concedeu a seis companhias-líderes processadoras de açúcar €819 milhões em subsídios em 2003 de acordo com estimativas da Oxfam Internacional. A cana de açúcar é produzida em alguns dos países mais pobres do mundo com um custo menor do que a metade do custo do açúcar de beterraba, mas as exportações subsidiadas da UE são vendidas a terceiros por um valor menor do que o dos mais eficientes produtores de países em desenvolvimento. Além disso, as políticas do açúcar da UE

restringem o acesso dos países pobres ao lucrativo mercado da UE. Como resultado, em 2004 Malauí deve perder \$32 milhões em divisas e Moçambique \$38 milhões.⁹

Um relatório do governo britânico estima que os subsídios dos EUA ao seu setor algodoeiro, que foi de \$2.3 bilhões em 2001-02, têm reduzido o preço do algodão mundial em cerca de 20 por cento.¹⁰ Isso pressiona os produtores de algodão de Logokourani e de outros países pobres do oeste da África a sair do mercado exportador.¹¹ Benin e Chad estão apoiando o Brasil em uma reclamação na OMC contra o dumping de algodão subsidiado pelos EUA e recentemente a decisão preliminar foi contra os EUA.¹²

Embora o dumping continue, os países em desenvolvimento têm sido obrigados a abrir seus mercados por causa do AoA (Acordo da OMC sobre Agricultura), acordos regionais como o NAFTA (Tratado de Livre Comercio da América do Norte) e programas de ajustes estruturais. Como resultado direto das políticas dos doadores, Bangladesh, por exemplo, reduziu sua tarifa média de 102 por cento para 27 por cento entre 1988 e 1996; Gana, Quênia e Tanzânia reduziram suas tarifas pela metade ou mais durante a década de 90 e a tarifa média do Peru em 1991 era um terço de seu nível em 1989.¹³ Isso não apenas tem permitido que o dumping ocorra mais facilmente no mercado dos países em desenvolvimento como também tem exposto os setores agrícolas frágeis a produtores extremamente competitivos. O arroz tailandês, por exemplo, tem desalojado milhares de produtores rurais em países pobres como o Senegal, na ausência de qualquer mecanismo de segurança ou suporte para criar meios de vida alternativos.

Finalmente, em vez de recursos para melhorar o acesso dos países em desenvolvimento aos mercados do hemisfério norte, continua muito difícil para os agricultores dos países em desenvolvimento exportar produtos agrícolas aos países desenvolvidos. Mesmo para produtos tropicais como chá, café, cacau e borracha natural, que não podem ser cultivados na América do Norte ou Europa, se colocam barreiras para sua venda na forma industrializada. Os "picos de tarifa" e "escalada tarifária" supõem que quanto mais processada uma importação, maior a tarifa que deverá enfrentar. Por essa razão, o cacau de Gana importado pelo Reino Unido exclusivamente sob as condições do "Comércio Justo", com o objetivo de beneficiar os produtores o máximo possível, transforma-se em chocolate em uma fábrica da Alemanha.¹⁴

Estruturas de mercado injustas

A maioria dos produtores rurais envolvidos nas cadeias internacionais de commodities tem tido uma participação constantemente decrescente no preço final de seus produtos nos últimos 20 anos. Uma das razões para isso tem sido a falta de intervenção e investimento do Estado no setor agrícola. Em meio a reformas de mercado "liberalizantes" das décadas de 80 e 90 pressionadas pelas Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), diversos países aboliram suas comissões de comercialização de commodities, tendo como consequência o enfraquecimento de seu poder de barganha nacional nos mercados mundiais e a redução da provisão das necessidades de seus produtores rurais, como apoio técnico para a expansão, crédito e matérias-primas.

Como os produtores rurais foram deixados sem apoio, as companhias que utilizam seus produtos – tais como produtores de chocolate, torrefadoras de café e supermercados – têm gradualmente realizado fusões, concentrando os processos de produção em um número cada vez menor de modo que cada novo grande grupo tem mais poder sobre o mercado. Quando o fornecimento se torna menor, eles pressionam por um aumento em seus preços de venda para compensar; porém, quando volta a ocorrer um excesso de fornecimento e o preço de compra volta a cair, eles não repassam essa queda aos seus clientes. Assim, em um ponto cíclico baixo em dezembro de 1993, o preço médio de varejo do café no Reino Unido era 11 vezes maior do que o preço internacional para o café "verde" semi-processado; na seguinte caída, em fevereiro de 2002, a diferença subiu para 26 vezes.¹⁵

Os canais de comercialização estão se tornando integrados sob o controle de companhias comerciais, processadoras ou varejistas situadas nos países importadores, enquanto que a preocupação com a segurança dos alimentos e as condições sob as quais são produzidos têm criado requisitos técnicos adicionais. Os padrões de controle de qualidade ou embalagem, requeridos por supermercados modernos, podem ser muito difíceis de serem atendidos pelos países mais pobres uma vez que esses não têm a capacidade técnica ou os equipamentos especializados que são exigidos.

Esse é um dos diversos fatores que dificulta ainda mais que os pequenos produtores vendam até mesmo em seu próprio país. Com a remoção dos obstáculos para os investimentos estrangeiros, as cadeias de supermercado multinacionais têm aumentado sua participação no varejo de alimentos dos países em desenvolvimento. Até agora isso afeta principalmente países mais ricos e maiores, como

o Brasil, China e Tailândia, mas está se espalhando rapidamente. Assim, os supermercados comandam 75 por cento das vendas de alimentos no varejo no Brasil e 55 por cento na África do Sul, mas apenas 5 por cento na Índia e Nigéria. O setor está dominado em massa por cadeias globais como o Carrefour, Ahold e Wal-Mart, de origens francesa, holandesa e estadunidense respectivamente. Seus requisitos de compra são igualmente exigentes, qualquer que seja o país em que operem.¹⁶

Políticas agrícolas inadequadas

Apesar da necessidade de um setor agrícola dinâmico nos países em desenvolvimento em termos de emprego e segurança alimentar, os investimentos no setor rural têm sido completamente inadequados.

As políticas nacionais de governos dos países em desenvolvimento não têm ajudado sempre. O fenômeno do "viés urbano" foi identificado há mais de um quarto de século,¹⁷ mas em diversos países as populações nas áreas rurais ainda são negligenciadas quando se trata de política nacional. Alimentos baratos – frequentemente importados – são vistos como uma necessidade para ajudar pessoas de áreas urbanas “pobres”, mesmo quando a pobreza é pior em áreas rurais dependentes da agricultura, onde os preços das commodities não são suficientes para apoiar as pessoas que vivem delas.

Além disso, diversos países em desenvolvimento não conseguiram introduzir políticas e regulamentos que trouxessem uma divisão mais igualitária dos recursos rurais e melhores condições de trabalho para trabalhadores rurais. Essa é a razão de não ter havido necessariamente nenhuma redução substancial nos níveis da pobreza rural, mesmo naqueles setores onde as exportações dos países em desenvolvimento tenham crescido. Esse é o caso do Brasil, por exemplo. Embora o crescimento das exportações agrícolas tenha beneficiado o país como um todo através de maiores ganhos com a exportação, a pobreza rural permanece difundida devido às condições injustas sob as quais a produção ocorre.

Pior ainda, a ajuda internacional ao desenvolvimento para a agricultura caiu pela metade nos últimos 20 anos. Isso tem ocorrido em um contexto de países em desenvolvimento enfrentando enormes dificuldades devido às políticas de ajustes estruturais que requerem a liberalização das importações agrícolas e o desmantelamento de estruturas de mercado existentes, tais como os organismos de comercialização.

3 O que pode ser feito?

É fundamental tornar a pobreza rural uma prioridade política, não apenas dentro de países em desenvolvimento mas também nos níveis mais altos da política internacional. O crescimento da indigência rural nas partes mais pobres do mundo, juntamente aos excedentes econômicos existentes em outros lugares, constitui um escândalo de proporções globais que demanda atenção urgente.

A Oxfam está ciente das dificuldades envolvidas para se lidar com esses problemas. Para mencionar um aspecto apenas, as regras que afetam o comércio internacional na agricultura são extremamente complicadas e notoriamente difíceis para não-especialistas entenderem. Existem muitas posições diferentes, incluindo fortes interesses particularistas, envolvidas na formulação de políticas agrícolas, enquanto que as regras ortodoxas e pressupostos da economia podem tornar seus praticantes cegos para os efeitos humanos das políticas que defendem.

Contudo, se necessita urgentemente de uma tentativa mais sustentável e séria para abordar a situação das pessoas rurais em maior situação de pobreza. O Quadro 2 explica os objetivos das propostas da Oxfam Internacional nessa área. Para alcançar esses objetivos, diversas políticas e práticas requerem uma reforma radical, conforme apresentado abaixo.

Quadro 2: Objetivos da Oxfam para políticas comerciais e agrícolas

1. Promover segurança alimentar e de renda nos países em desenvolvimento, permitindo que usem medidas de fronteira para alcançar a segurança alimentar e outros objetivos de desenvolvimento.
2. Acabar com o dumping nas exportações introduzindo regras na OMC que proíbam exportações abaixo do custo de produção e subsídios que promovam essas exportações.
3. Garantir níveis razoáveis de acesso ao mercado de países industrializados para as exportações agrícolas de países em desenvolvimento, reduzindo as barreiras comerciais restantes e enfrentando os obstáculos à oferta de produtos nos países em desenvolvimento mais pobres.
4. Promover um setor rural socialmente e ambientalmente sustentável, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, ao promover a equidade social e a proteção ambiental através de regulamentos e subsídios pré-definidos.

5. Garantir preços justos e estáveis para commodities primárias através da introdução de mecanismos e regulamentos adequados no mercado nacional e internacional.
6. Garantir práticas sustentáveis em termos sociais e ambientais no setor de agronegócios.

Negociações da OMC

Após o fracasso de Cancún, as negociações para um novo Acordo sobre Agricultura (AoA) na OMC estão alcançando uma fase crítica quando princípios básicos serão estabelecidos. Nessa conjuntura, a importância primordial da agricultura na maioria das economias e sociedades dos países em desenvolvimento precisa ser adequadamente reconhecida. Concorda-se, no geral, que a chave para o sucesso das negociações comerciais na "Rodada de Doha" da OMC concentra-se em tornar as regras do AoA mais adequadas para as necessidades dos países em desenvolvimento. A falta de concessões significativas àquelas necessidades pela UE e pelos EUA foi uma das principais razões das negociações terem fracassado em Cancún em setembro de 2003.

Um cronograma obrigatório deve ser introduzido para eliminar todos os subsídios às exportações, incluindo qualquer componente de subsídio dos créditos de exportação. As orientações sobre programas de ajuda-alimentar devem ser precisamente definidas para evitar que sejam mal utilizadas como uma forma de dispor da produção de alimentos excedentes. Os subsídios dos países desenvolvidos devem estar disponíveis apenas quando os produtos não são exportados. Além disso, devem ser voltados prioritariamente para a agricultura familiar e de pequena escala e devem estar condicionados ao cumprimento de critérios ambientais e de desenvolvimento rural. É preciso aplicar medidas de controle de abastecimento para evitar a superprodução. Até que o apoio gerador de distorções seja eliminado, os países em desenvolvimento devem ter o direito de cobrar impostos adicionais equivalentes ao nível de dumping dos produtos importados.

Medidas especiais são necessárias para ajudar os países em desenvolvimento em todos os aspectos do AoA, pelo bem da segurança alimentar doméstica e da luta contra a pobreza. Os países em desenvolvimento devem ter mais espaço na regulação do acesso aos seus próprios mercados. No mundo moderno, esse é o instrumento de política comercial agrícola mais poderoso à sua disposição. Em particular, os Países Menos Desenvolvidos (LDCs) devem estar livres de todas as exigências para reduzir suas tarifas agrícolas e suporte de mercado. Os outros países em

desenvolvimento devem ser capazes de isentar das reduções de tarifas os produtos alimentares básicos, bem como de renegociar qualquer tarifa sobre produtos básicos que tenham sido definidas em um nível muito baixo quando a OMC foi criada há dez anos atrás. As regras devem ser alteradas para garantir que possam agir de forma efetiva contra repentinos aumentos de importações agrícolas. As provisões especiais definidas na OMC não devem ser prejudicadas por acordos comerciais regionais e bilaterais.

Finalmente, todas as exportações dos países menos desenvolvidos e de outros países de baixa renda devem receber permissão para entrar nos países desenvolvidos sem restrições de tarifas ou quotas; como também se deve eliminar a escalada tarifária sobre as exportações de países em desenvolvimento. Regulamentos técnicos afetando produtos agrícolas importados precisam ser simplificados quando estejam limitando a habilidade dos países pobres de aproveitar as oportunidades de mercado.

A Oxfam Internacional clama a todos os membros da OMC, e especialmente aos países desenvolvidos, que garantam que os princípios a seguir sejam incluídos na estrutura que está para ser definida sobre agricultura a ser negociada no conselho geral da OMC no final de julho:

- **confirmar uma data final para todas as formas de subsídios às exportações.** A Oxfam Internacional acredita que a eliminação completa de subsídios deve ocorrer dentro de cinco anos do início do período de implementação.
- **introduzir disciplinas rigorosas em relação a subsídios domésticos que tenham um efeito na produção e comércio internacional.** Como regra, produtos subsidiados não devem ser exportados, a menos que os subsídios distorçam minimamente o comércio. Além disso, subsídios da caixa azul (blue box) devem apenas estar disponíveis para produtos não-exportados. Outras prioridades nessa área incluem:
 - opor-se a uma mudança na definição da caixa azul. Não ter compromissos de controle de abastecimento seria um retrocesso dos textos anteriores que previram a superação da caixa azul;
 - tornar mais rigorosos os critérios da caixa verde (green box) e explorar as possibilidades de superação;
 - não-renovação da "Cláusula da Paz".
- **estabelecer uma fórmula de acesso a mercados mais balanceada,** que garanta a redução dos picos tarifários e da escalada tarifária que ainda protegem muitos setores nos países desenvolvidos, e

que realmente assegure, no mínimo, compromissos recíprocos de acesso a mercados para países em desenvolvimento.

- **introduzir produtos especiais operacionais e salvaguardas especiais:**
 - produtos especiais devem estar isentos dos compromissos de redução. Cada país em desenvolvimento deve auto-declarar quais produtos são especiais com respeito a um critério geral relativo à segurança alimentar, desenvolvimento rural e segurança de meios de vida. Tal flexibilidade poderia ser limitada a um percentual do número total de produtos agrícolas produzidos domesticamente, baseado nos níveis de tarifa de um membro.
 - um mecanismo de salvaguarda especial para países em desenvolvimento deve estar disponível a todos os produtos agrícolas, com a capacidade de ser acionado com base em indicadores simples de desenvolvimento.
- **combinar uma solução específica para a questão do algodão,** avançando em direção à eliminação de todo suporte doméstico que distorça o comércio, inclusive alguns programas atualmente classificados como caixa verde, com um período de implementação mais rápido do que para o restante do pacote agrícola.

Resolvendo a crise das commodities

Um outro requisito essencial é solucionar a crise das commodities. A comunidade internacional deve usar a oportunidade da UNCTAD XI para estabelecer um plano concreto de ação para abordar a crise das commodities.

O quase desaparecimento do setor de commodities da agenda de desenvolvimento global deve-se em grande parte à visão doutrinária de que apenas mercados funcionando livremente podem levar ao desenvolvimento. Para lidar com o problema, a UNCTAD deveria trabalhar com outras organizações internacionais para avaliar intervenções adequadas para corrigir as falhas de mercado que estão no centro da crise das commodities.

Como resultado, formas efetivas de intervenção de mercado, gestão de abastecimento de longo prazo e organização de produtores (incluindo empresas estatais comerciais) devem ser desenvolvidas, para fazer os mercados funcionarem em prol dos pequenos produtores e agricultores familiares em situação de pobreza. As regras comerciais não devem inibir essa ou qualquer outra

intervenção de preço quando esse for o melhor caminho para garantir preços justos aos pequenos produtores.

São necessárias medidas adicionais para garantir a diversificação agrícola, um maior valor agregado nos países exportadores e a promoção da integração do mercado regional para combater uma dependência excessiva do mercado dos países ricos. É requerido um financiamento adequado para implementar essas medidas, enquanto que uma compensação suficiente deve ser restabelecida àqueles países em desenvolvimento que sofrem reveses graves em seus balanços de pagamentos como resultado das flutuações nos preços das commodities.

Mudando as políticas agrícolas

As políticas agrícolas de países em desenvolvimento precisam melhorar. Os interesses dos pequenos produtores e das pessoas em situação de pobreza nas áreas urbanas precisam ser melhor balanceados do que ocorreu no passado, a fim de permitir que haja uma redução na má nutrição e um aumento na renda rural. As políticas agrícolas devem também garantir uma distribuição mais ampla de benefícios ligados ao comércio. Em países com altos níveis de desigualdade rural, a redistribuição de ativos é essencial para que o comércio beneficie os que estão em situação de pobreza. A redistribuição de terra é um ponto de partida.

Além da necessidade de uma redistribuição de terra, as estratégias de redução da pobreza rural precisam colocar muito mais ênfase em investimentos na infra-estrutura e em maior produtividade rural para aproveitar as vantagens das economias de escala. Investimentos em irrigação e estradas tendem a serem altamente concentrados nas áreas dedicadas à produção rural comercial em vez das áreas caracterizadas por altas concentrações de pobreza. Serviços de extensão e prioridades de pesquisa devem ser adequados aos produtos produzidos por pequenos produtores e devem focalizar as áreas marginais. O acesso aos investimentos rurais e instituições de crédito também deve ser abordado. Finalmente, países em desenvolvimento devem implementar integralmente as convenções da OIT para ajudar a melhorar as condições de trabalho para trabalhadores rurais.

No nível internacional, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional devem parar de insistir que os países receptores de empréstimos liberalizem seu comércio em todas as circunstâncias. Também é essencial que as estratégias de redução da pobreza nacional estejam baseadas em avaliações abrangentes sobre a pobreza e as conexões entre o comércio e a pobreza devem ser um item

importante nelas. Finalmente, a assistência de doadores para o desenvolvimento rural precisa melhorar, tanto em termos de quantidade como de qualidade.

Responsabilidade social corporativa nas cadeias internacionais de commodities

As companhias multinacionais envolvidas no setor agrícola e alimentar devem reconhecer suas responsabilidades social e ambiental. Devem pagar preços que remunerem e mantenham os produtores rurais fora da pobreza. Devem comprometer-se a providenciar termos de emprego e condições de trabalho que respeitem os padrões internacionais e a legislação nacional. Através de sua prática de negócios e sua incidência, elas também devem promover ativamente o desenvolvimento sustentável, a equidade social e melhores condições de trabalho na produção agrícola e comércio.

No caso específico do café, a Oxfam Internacional reivindica que companhias de torrefação como a Nestlé, Kraft, Procter & Gamble e Sara Lee apoiem esquemas de gestão da oferta e comprem cafés de melhor qualidade para ajudar a equilibrar esse mercado. Elas também precisam reformar suas práticas nas cadeias de abastecimento para garantir que os produtores recebam um preço digno.

Finalmente, o desenvolvimento de um mecanismo global anti-monopólio ajudaria a lidar com os problemas ligados à grande concentração do poder corporativo na economia global.

4 O papel fundamental da UNCTAD

O sistema atual de governança econômica global está seriamente desequilibrado. Ele depende excessivamente da OMC devido à insistência de alguns países desenvolvidos de que a OMC deve ser o único órgão autorizado a fazer as regras comerciais. Isso dá àquela organização um mandato cada vez maior, devido à interpretação muito extensiva sobre o que está relacionado a comércio. Como resultado, a liberalização está se tornando o único princípio organizador das regras econômicas multilaterais. Isso é insustentável. Outras instituições no sistema da ONU que possuem um claro mandato sobre questões relacionadas ao desenvolvimento devem ser ouvidas e devem estar no mesmo nível de importância da OMC, do FMI e do Banco Mundial, de modo que o desenvolvimento sustentável, a saúde, o meio ambiente e o trabalho sejam adequadamente levados em conta como elementos de governança econômica global. Isso permitiria um conjunto de regras e abordagens mais balanceadas e de melhor qualidade.

Nessa conjuntura crítica, a UNCTAD possui um papel-chave para desempenhar. É essencial que uma UNCTAD revigorada resulte da conferência da UNCTAD XI em São Paulo e que todas as tentativas de reduzir o escopo de suas atividades sejam firmemente rejeitadas. O papel da UNCTAD na promoção de novas abordagens sobre o comércio e o desenvolvimento, que favoreçam as pessoas e países mais pobres, tem de ser fortalecido. Ela precisa manter um mandato amplo em face dos esforços contínuos de alguns dos países desenvolvidos mais poderosos para enfraquecê-la.

Todas as grandes decisões relativas a UNCTAD são, no final, decisões políticas e que resultam de negociações internacionais. O que tem faltado é um reconhecimento sério da profundidade da crise do desenvolvimento e do fracasso das medidas escolhidas nos últimos 20 anos para enfrentá-la. Muitos gestos retóricos têm sido feitos em direção às necessidades políticas dos países mais pobres, mas eles tiveram pouco resultado. A comunidade internacional como um todo, incluindo as nações mais ricas e mais poderosas, precisa de firmeza em seus gestos. A gravidade da crise tem de ser totalmente reconhecida para que se encontra a vontade política que é requerida de todas as partes.

Quando essa vontade for encontrada, se levará a ações em muitas frentes, incluindo as instituições financeiras internacionais e a OMC. Uma das mais importantes dessas instituições, em parte por causa de sua identificação com os países que estão mais necessitados, é a

UNCTAD. É preciso que seja reforçada e que obtenha um papel mais ativo – como foi a proposta original – na supervisão dos acordos comerciais. Isso se aplica especialmente – mas não exclusivamente – à área de commodities. Para isso, a UNCTAD precisa de um mandato apropriado e recursos financeiros para se adequar. Igualmente importante é sua liderança, até o nível do Secretário-Geral. Deve compreender claramente a crise do desenvolvimento rural e se comprometer com uma busca imparcial das melhores formas de superá-la.

Dada a profundidade da crise das commodities, até mesmo em mercados totalmente liberalizados como o do café, já é tempo de abandonar o pressuposto de que apenas o mercado pode oferecer soluções para os problemas econômicos. A UNCTAD possui um abrangente conhecimento sobre essas questões e está em uma boa posição para coordenar a busca de mecanismos apropriados para corrigir as falhas de mercado que estão por trás da crise mundial das commodities. Os países em desenvolvimento, e particularmente os países menos desenvolvidos, têm reivindicado um reforço do trabalho da UNCTAD sobre preços remuneradores e estabilidade nos mercados de commodities, como também um maior financiamento. Os governos do Norte devem responder a essa reivindicação e apoiar o trabalho da UNCTAD nessa área. A UNCTAD XI deve abordar a questão dos preços e trabalhar no desenvolvimento de mecanismos apropriados para regular os mercados de commodities e estabelecer preços mais justos.

Tem havido uma excessiva confiança na liberalização econômica como a chave para o crescimento e uma presunção de que o crescimento automaticamente gerará empregos e renda para as pessoas que estão na pobreza. Essa confiança tem sido abalada pela emergência da instabilidade financeira internacional e pelo reconhecimento de que a liberalização produz vencedores e também perdedores, mostrando que o modelo "tamanho único" não funciona. Os países em desenvolvimento argumentam que a abrangência e o ritmo de suas obrigações internacionais devem refletir suas necessidades e prioridades de desenvolvimento. Isso requer uma maior flexibilidade do que atualmente é permitida pelas instituições financeiras e pela OMC. Pesquisa e formulação de política independentes, colocando em questão o modelo econômico dominante e propondo alternativas, estão se tornando cada vez mais importantes. A UNCTAD desempenha um papel importante a esse respeito e seu mandato nessa área deve ser mantido.

A Oxfam Internacional clama para que o papel da UNCTAD seja fortalecido e que seja dada prioridade às seguintes áreas de trabalho:

- A UNCTAD deve agir como um fórum para que os governos dos países em desenvolvimento compartilhem idéias sobre estratégias de desenvolvimento econômico que beneficiem as pessoas em situação de pobreza, e também promover o consenso sobre políticas pró-desenvolvimento em outras instituições internacionais (em particular a OMC e as IFIs);
- A UNCTAD deve realizar pesquisa independente sobre questões econômicas centrais a partir de uma perspectiva de desenvolvimento, para ajudar os países a alcançar um crescimento equitativo e sustentável. Nesse contexto, poderia examinar o equilíbrio adequado entre liberalização e regulação e as medidas necessárias para garantir que economias mais abertas gerem resultados positivos para as pessoas em situação de pobreza;
- A UNCTAD deve oferecer assistência técnica e serviços de capacitação na área de política econômica para países em desenvolvimento, particularmente para os menos desenvolvidos. Isso deve incluir melhoria na capacidade de negociação dos estados mais pobres nos fóruns multilaterais;
- A UNCTAD deve expandir seu programa de trabalho sobre corporações transnacionais (TNCs), dado o enorme peso delas nos mercados mundiais. Uma questão que a UNCTAD poderia examinar é como estabelecer um mecanismo efetivo anti-truste global;
- A UNCTAD deve coordenar a busca de mecanismos adequados para corrigir as falhas de mercado que determinam a crise mundial das commodities. A UNCTAD XI deve abordar a questão do preço e focalizar o trabalho sobre desenvolvimento e experimentação de mecanismos multilaterais para regular o mercado mundial de commodities e estabelecer preços mais justos.

Notas

- ¹ FAOSTAT 2000 sobre a população agrícola e força de trabalho.
- ² Alfred Maizels, 'Economic Dependence on Commodities,' paper preparado para a Mesa Redonda de Alto Nível sobre Comércio e Desenvolvimento: Directions for the Twenty-first Century at UNCTAD X, Bangcoc, 2000 (documento da UNCTAD no. TD(X)/RT.1/6).
- ³ Ibid.
- ⁴ Peter Robbins (2003) *Stolen Fruit: The Tropical Commodities Disaster* (London: Zed Books), p.9, Tabela 1.2.
- ⁵ Pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.
- ⁶ PNUD, op. cit., Tabela 7, pp.260-261.
- ⁷ Banco Mundial. 2004. Global economic Prospects.
- ⁸ Veja Oxfam International (2003) *Dumping without Borders: How US Agricultural Policies are Destroying the Livelihoods of Mexican Corn Farmers* (Oxford).
- ⁹ Veja Oxfam International (2004) *Dumping on the World: How EU Sugar Policies Hurt Poor Countries* (Oxford).
- ¹⁰ Citado na Oxfam International (2004) *The Commodities Challenge: Towards an EU Action Plan* (Oxford), p.6.
- ¹¹ Veja Oxfam International, *Cultivating Poverty: The Impact of US Cotton Subsidies on Africa* (Oxford, 2002) e *'White Gold' Turns to Dust: Which Way Forward for Cotton in West Africa?* (Oxford, 2004).
- ¹² Como relatado no *Financial Times* e no *Wall Street Journal*, 27 de abril de 2004. A decisão preliminar ainda não foi anunciada em público.
- ¹³ Oxfam International (2002) *Rigged Rules and Double Standards: Trade, Globalisation and the Fight against Poverty and Boxing Match in Agricultural Trade: Will WTO Negotiations Knock out the World's Poorest Farmers?* (Oxford).
- ¹⁴ Informações verbais de representantes da companhia Divine chocolate.
- ¹⁵ De acordo com dados disponíveis no site da Organização Internacional do Café, www.ico.org.
- ¹⁶ Para discussões sobre essa questão, veja: Thomas Reardon e outros, 'The Rise of Supermarkets in Asia, Africa, and Latin America' in *American Journal of Agricultural Economics*, Vol. 85, No. 5, Dezembro de 2003; Andrew Fearn e outros (2004) 'Concepts of Collaboration: Supply Chain Management in a Global Food Industry' (London: Imperial College) e Bill Vorley (2003) *Food, Inc.: Corporate Concentration from Farm to Consumer*, (London: U.K. Food Group).
- ¹⁷ Michael Lipton (1977) *Why Poor People Stay Poor: Urban Bias in World Development* (London: Temple Smith).

© Oxfam International Junho de 2004

Esse documento foi escrito por Tom Lines, Gonzalo Fanjul, Penny Fowler e Celine Charveriat e faz parte de uma série de documentos escritos para informar o debate público sobre as questões de políticas de desenvolvimento e humanitárias. O texto pode ser usado livremente para os propósitos de campanhas, educação e pesquisa, desde que a fonte seja reconhecida integralmente.

Para mais informações, por favor contatar ao escritório da Oxfam em Brasília:

e-mail: brasília@oxfam.org.br

Telefone: (61) 321-4044 / Fax: (61) 321-8352

A **Oxfam International** é uma confederação de doze agências de desenvolvimento que trabalha em 120 países em todo o mundo em desenvolvimento: Oxfam América, Oxfam Bélgica, Oxfam Canadá, Oxfam Community Aid Abroad (Austrália), Oxfam Alemanha, Oxfam Grã-Bretanha, Oxfam Hong Kong, Intermón Oxfam (Espanha), Oxfam Irlanda, Novib, Oxfam Nova Zelândia e Oxfam Quebec. Para mais informações, queira por favor telefonar ou escrever para quaisquer das agências abaixo.

Escritório de Advocacy da Oxfam International, 1112 16th St., NW, Ste. 600, Washington, DC 20036 Tel: 1.202.496.1170, E-mail: advocacy@oxfaminternational.org, www.oxfam.org

Escritório da Oxfam International em Bruxelas, 22 rue de Commerce, 1000 Brussels Tel: 322.502.0391

Escritório da Oxfam International em Genebra, 15 rue des Savoises, 1205 Geneva Tel: 41.22.321.2371

Escritório da Oxfam International em Nova York, 355 Lexington Avenue, 3rd Floor, New York, NY 10017 Tel: 1.212.687.2091

Escritório da Oxfam International em Paris, C/O Agir Ici, 104 rue Oberkampf, 75011 Paris, France Tel: 33.1.5830.8469

Escritório da Oxfam International em Tóquio, Maruko-Bldg. 2F, 1-20-6, Higashi-Ueno, Taito-ku, Tokyo 110-0015, Japan Tel/fax: 81.3.3834.1556

Oxfam Germany

Greifswalder Str. 33a
10405 Berlin, Germany
Tel: 49.30.428.50621
E-mail: info@oxfam.de
www.oxfam.de

Oxfam-in-Belgium

Rue des Quatre Vents 60
1080 Bruxelles, Belgium
Tel: 32.2.501.6700
E-mail: oxfamsol@oxfamsol.be
www.oxfamsol.be

Oxfam Community Aid Abroad

National & Victorian Offices
156 George St. (Corner Webb Street)
Fitzroy, Victoria, Australia 3065
Tel: 61.3.9289.9444
E-mail: enquire@caa.org.au
www.caa.org.au

Oxfam GB

274 Banbury Road, Oxford
England OX2 7DZ
Tel: 44.1865.311.311
E-mail: oxfam@oxfam.org.uk
www.oxfam.org.uk

Oxfam New Zealand

Level 1, 62 Aitken Terrace
Kingsland, Auckland
New Zealand
PO Box for all Mail: PO Box 68 357
Auckland 1032
New Zealand
Tel: 64.9.355.6500
E-mail: oxfam@oxfam.org.nz
www.oxfam.org.nz

Oxfam America

26 West St.
Boston, MA 02111-1206
Tel: 1.617.482.1211
E-mail: info@oxfamamerica.org
www.oxfamamerica.org

Oxfam Canada

880 Wellington St.
Suite 400, Ottawa, Ontario,
Canada K1R 6K7 Tel: 1.613.237.5236
E-mail: enquire@oxfam.ca
www.oxfam.ca

Oxfam Hong Kong

17/F, China United Centre
28 Marble Road, North Point
Hong Kong
Tel: 852.2520.2525
E-Mail: info@oxfam.org.hk
www.oxfam.org.hk

Oxfam Quebec

2330 rue Notre-Dame Ouest
Bureau 200, Montreal, Quebec
Canada H3J 2Y2
Tel: 1.514.937.1614 www.oxfam.qc.ca
E-mail: info@oxfam.qc.ca

Oxfam Ireland

9 Burgh Quay, Dublin 2, Ireland
353.1.672.7662 (ph)
E-mail: oxireland@oxfam.ie
52-54 Dublin Road,
Belfast BT2 7HN
Tel: 44.289.0023.0220
E-mail: oxfam@oxfamni.org.uk
www.oxfamireland.org

Intermón Oxfam

Roger de Lluria 15
08010, Barcelona, Spain
Tel: 34.93.482.0700
E-mail: intermon@intermon.org
www.intermon.org

Novib

Mauritskade 9
2514 HD. The Hague, The Netherlands
Tel: 31.70.342.1621
E-mail: info@novib.nl
www.novib.nl

Published by Oxfam International June 2004

Published by Oxfam GB for Oxfam International under ISBN 978-1-84814-674-7